

00113-00002472/2022-52	PAE6273	CJ01176828	NÃO PROVIMENTO
00113-00002409/2022-16	NGD0947	CJ01384540	NÃO PROVIMENTO
00113-00002402/2022-02	NGH4E92	CJ01453885	NÃO PROVIMENTO
00113-00003834/2024-94	OVN5G37	YE02270040	NÃO PROVIMENTO
00113-00007818/2023-90	JGX3853	YE02124591	NÃO PROVIMENTO
00113-00003713/2024-42	PBK2A14	YE02184827	NÃO PROVIMENTO
00113-00001661/2022-16	OVS3264	CJ00928618	NÃO PROVIMENTO
00113-00001726/2022-15	OVS4902	CJ02344442	NÃO PROVIMENTO
00113-00001834/2022-98	JHZ6616	CJ02117700	NÃO PROVIMENTO
00113-00001836/2022-87	JHZ6616	CJ02195321	NÃO PROVIMENTO
00113-00001837/2022-21	JHZ6616	CJ02197053	NÃO PROVIMENTO
00113-00003062/2022-29	PRS8602	CJ01494182	NÃO PROVIMENTO
00113-00003070/2022-75	HGB8556	CJ02019425	NÃO PROVIMENTO
00113-00003231/2022-21	JIN0899	CJ01973519	NÃO PROVIMENTO
00113-00003233/2022-10	JIN0899	CJ02025101	NÃO PROVIMENTO
00113-00004327/2022-14	QUX8706	CJ01928764	NÃO PROVIMENTO
00113-00005092/2022-70	QUM4509	CJ01567562	NÃO PROVIMENTO
00113-00005096/2022-58	QUM6386	CJ01998726	NÃO PROVIMENTO
00113-00005143/2022-63	JIH2575	CJ01809139	NÃO PROVIMENTO
00113-00011391/2022-43	PQQ1953	CJ01856043	PROVIMENTO
00113-00001838/2022-76	PRU4308	CJ01790436	PROVIMENTO

FAUZI NACFUR JÚNIOR

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA IDOSO CONSELHO DE DIREITOS DO IDOSO

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
FINANCIAMENTO E GESTÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DO IDOSO/DF

DATA: 27/02/2024 – 10h

LOCAL: VIDEOCONFERÊNCIA

No dia (27) do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às dez horas (10h), foi realizada virtualmente pela Plataforma SKYPE a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento, Financiamento e Gestão do FDI/DF – 2024. Participaram da reunião os conselheiros representantes das ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL: MARIA DJANIRA GONÇALVES, conselheira titular, representante da Casa do Ceará e LUZIA PEREIRA NUNES, conselheira titular, representante do Centro de Convivência/CCI – OSSI/BRASÍLIA. ITEM I. A Secretária Executiva, DAYANNE ROSA REZENDE, realizou a abertura da reunião dando boas-vindas aos presentes, seguido da apreciação da pauta. ITEM II. Justificou sua ausência: MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, conselheiro titular, representante da OAB/DF e LUCI RODRIGUES ANDRADE CARLOS, conselheira titular, representante da Secretaria de Estado Cidadania e Justiça – SEJUS/DF. ITEM III. Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento, Financiamento e Gestão do Fundo – 19.12.2023 – a ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento, Financiamento e Gestão do Fundo foi aprovada. ITEM IV. Atualização do Edital de Chamamento Público nº 01/2024 – A Secretária Executiva, DAYANNE ROSA REZENDE, informou que o CDI não conseguiu publicar o edital com prazo prorrogável, dessa forma será publicado outros editais para contemplar outras instituições e outros projetos. O Edital de Chamamento Público nº01/2024 está na fase de divulgação do resultado provisório da seleção. As seguintes instituições, projetos e pontuação respectivamente foram aprovados: Obras de Assistência a Infância de a Sociedade - Nas Ondas da Maturidade - 11; Associação Positiva de Brasília - APB - Sabores da Inclusão - 11; Ação Social Renascer - NoVIDade: Fortalecimento de Vínculos e Garantindo Segurança na Inclusão Digital do Idoso - 11; Centro Presbiteriano Idade e Experiência (CPIE) - Vida Ativa 60+ - 10,5; Casa do Ceará em Brasília - Envelhecer-cuidado com a saúde e com o bem-estar da pessoa idosa - 10,0; Casa do Candango – Lar São José - Viva-Senior - 10,0; Associação dos idosos da Ceilândia - Assistência domiciliar aos Idosos: o cuidado em casa - 10,0; Instituto Social do Distrito Federal - Projeto uma História a Contar - 9,0; Associação Lar Batista Canaã - Feliz Caminhar - 9,0; Obra Social Santa Isabel - Vida Saudável para a Terceira Idade - 7,0. O Instituto Integridade, projeto – Vida Ativa - obteve pontuação 2, desse modo foi desclassificado por ter obtido pontuação total inferior a 5,0 de acordo o item 9.6 do Edital. Foi apresentado também a relação das propostas não classificadas na fase de seleção, por descumprimento de requisito do Edital de acordo com o item 9.6 do Edital: Associação dos Idosos de Taguatinga - Criatividade não tem Idade; Instituto Brasilidade /IB - Conexões de Sabedoria; Instituto Bombeiros de Responsabilidade Social – IBRES - Idoso Cidadão e Comunidade de Renovação Esperança e Vida Nova (CREVIN) - Idosos Seguros São Idosos Felizes. ITEM V. Remanejamento Financeiro - Foi deliberado pelos conselheiros o remanejamento do Programa de Trabalho – Aquisição de Equipamentos – Distrito Federal, no valor de R\$ 352.982,85 (trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) para o Programa de Trabalho – Transferência Financeira a Entidades, Distrito Federal, a fim de pleitear o próximo Item da Pauta. ITEM VI. Planejamento de Execução do Fundo – Foi deliberado pelos

conselheiros a elaboração do Edital de Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração visando ações sociais. ITEM VII. Encerramento - A Secretária Executiva, DAYANNE ROSA REZENDE, agradeceu a todos que participaram da reunião e deu por encerrado os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, lavrou a Ata que será assinada por ela e pelo Presidente, MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS.

MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS
Presidente do Conselho dos Direitos do Idoso do DF

DAYANNE ROSA REZENDE
Secretária Executiva do Conselho dos Direitos do Idoso do DF

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 05/03/2024 – 09:30H

LOCAL: VIRTUAL

No quinto (05) dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às nove horas e trinta minutos (09:30h), foi realizada virtualmente pela Plataforma SKYPE a 2ª Reunião Ordinária do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal – CDI/DF, Gestão 2023/2025. Participaram da reunião os conselheiros representantes do GOVERNO: STELLA PIMENTA VIANA, conselheira titular, representante da Secretaria de Estado e Educação – SEE/DF; LUCI RODRIGUES ANDRADE CARLOS, conselheira titular, representante da Secretaria de Estado Cidadania e Justiça – SEJUS/DF; IVAN PRICKEN DE BEM, conselheiro suplente, representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social – SEDES/DF; MAURICIO FIGUEIREDO DA SILVA JUNIOR, conselheiro suplente, representante da Secretaria de Estado e Segurança Pública – SSP/DF; AMANDA CRISTINA RIBEIRO FERNANDES, conselheira titular, representante da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF. Os representantes das ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL presentes: MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, conselheiro titular, representante da Instituição de Defesa de Direitos do Idoso – OAB/DF; LUZIA PEREIRA NUNES, conselheira titular, representante do Centro de Convivência/CCI – OSSI/BRASÍLIA; KARLA DE SOUSA ARAÚJO, conselheira titular, representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família/IBDFAM-DF; OTÁVIO DE TOLEDO NÓBREGA, conselheiro titular, representante da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria – SBBG/DF; VAGNER LACERDA RIBEIRO, conselheiro titular, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior. OUTROS - DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva. ITEM I. Abertura. O presidente, MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, abriu os trabalhos dando as boas-vindas a todos. ITEM II. Justificaram suas ausências: MARIA DJANIRA GONÇALVES, conselheira titular, representante da Casa do Ceará. ITEM III. Aprovar as atas da 4ª Reunião Extraordinária realizada no dia 28/11/23, a 9ª Reunião Ordinária do dia 05/12/23 e a 1ª Reunião Ordinária do dia 06/02/2024. Os conselheiros aprovaram todas atas. ITEM IV. Discutir sobre a participação dos Conselheiros nas Comissões Permanentes do CDI/DF. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, avisa que VAGNER LACERDA RIBEIRO, conselheiro titular, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior e KARLA DE SOUSA ARAÚJO, conselheira titular, representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família/IBDFAM-DF farão parte do Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Brasília (CEP/UCB), como membro Representante de Participante de Pesquisa (RPP). Os conselheiros aprovam os escolhidos como representantes. VAGNER LACERDA RIBEIRO, conselheiro titular, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior, sugere avaliar a lista de composição das Comissões Permanentes do CDI/DF e providenciar as devidas substituições. OTÁVIO DE TOLEDO NÓBREGA, conselheiro titular, representante da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria – SBBG/DF, pede para sair das comissões das quais faz parte. KARLA DE SOUSA ARAÚJO, conselheira titular, representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família/IBDFAM-DF, ressalta sobre a participação efetiva ao aceitar fazer parte das comissões. STELLA PIMENTA VIANA, conselheira titular, representante da Secretaria de Estado e Educação – SEE/DF, ressalta sobre o esvaziamento das comissões. VAGNER LACERDA RIBEIRO, conselheiro titular, representante da Associação Brasileira do Cidadão Sênior, demonstra a sua preocupação com a falta de participantes nas comissões. O presidente, MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, sugere fazer um levantamento das comissões e providenciar as devidas substituições. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, comenta que pode auxiliar neste levantamento. O presidente, MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, responde uma dúvida da KARLA DE SOUSA ARAÚJO, conselheira titular, representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família/IBDFAMDF sobre o posicionamento do CDI em relação a criação dos conselhos comunitários das pessoas idosas. Ele explica sobre os trâmites dos ofícios enviados e solicita que DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, detalhe melhor o fluxo dos ofícios enviados. KARLA DE SOUSA ARAÚJO, conselheira titular, representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família/IBDFAMDF, demonstra a sua insatisfação com as dificuldades destes ofícios chegarem aos locais de destino, enfatiza que teve muito tempo para serem encaminhados, ressalta que foi feita uma reunião extraordinária para que isso fosse deliberado. ITEM V. Aprovação do Edital de Chamamento Público nº 2/2024. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, explica sobre a possibilidade de utilização do fundo para realização de eventos, por exemplo dia da pessoa idosa ou natal, realizado pelas organizações da sociedade civil. LUZIA PEREIRA NUNES, conselheira titular, representante do Centro de Convivência/CCI – OSSI/BRASÍLIA, comenta que pode ser uma boa solução. LUCI RODRIGUES ANDRADE CARLOS, conselheira titular, representante da Secretaria de Estado Cidadania e Justiça – SEJUS/DF, concorda e também acha uma boa iniciativa. Os conselheiros aprovam a utilização do fundo para realização de eventos, realizado pelas

organizações da sociedade civil. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, comenta que os trâmites legais para realização do edital serão atualizados conforme andamento. ITEM VI Ratificar a transferência de outros Planos de Trabalho para o Plano de Transferência para Entidades, viabilizando o lançamento do Edital de Chamamento Público nº 2/2024. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, comenta sobre os valores e todos conselheiros concordam. ITEM VII. Alterar para 20% a porcentagem de repasse para o Fundo dos Direitos do Idoso - DF constante no Artigo 3º da Resolução nº 208 de 22/06/2023, atualmente o valor definido é “até 30%”. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, explica sobre a necessidade de uma avaliação jurídica, comenta que a secretaria executiva não tem este tipo de profissional, e que seria importante aproveitar a formação dos conselheiros para ajudar. Todos conselheiros aprovam a mudança. ITEM VIII. Apreciar e deliberar acerca da resposta ao Fórum Distrital da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, conforme deliberação da Reunião da Comissão de Normas e Políticas Públicas e Articulação com os Conselheiros Setoriais realizada no dia 22/02/2024. Todos conselheiros aprovam as respostas. ITEM IX. Fórum Distrital da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa gostaria de participar das próximas Reuniões do CDI/DF para discutir alguns pontos. Todos conselheiros aprovam a participação, apenas ressaltam sobre a dinâmica de funcionamento das reuniões e das pautas. ITEM X. Avisos. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, comenta que a subsecretaria de políticas públicas para os idosos foi substituída, quem assumiu foi a psicóloga Dolores Ferreira, que solicitou uma reunião com o CDI. O presidente do conselho, MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, afirma que pode ser marcada a reunião e que fica à disposição. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, comenta sobre a palestra do conselheiro titular, OTÁVIO DE TOLEDO NÓBREGA, representante da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria – SBGG/DF. DAYANNE ROSA REZENDE, Secretária Executiva, alerta sobre a construção da Conferência Distrital da Pessoa Idosa. Os conselheiros deliberam por colocar como ponto de pauta, para próxima reunião, a construção da comissão e regimento da Conferência Distrital da Pessoa Idosa. ITEM XI. Encerramento. O presidente do conselho, MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, agradeceu a todos que participaram da reunião e deu por encerrados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, lavrou a Ata que vai assinada por ele e pela Secretária Executiva, DAYANNE ROSA REZENDE. Brasília/DF, 05 de março de 2024.

MAURO MOREIRA DE OLIVEIRA FREITAS
Presidente do Conselho dos Direitos do Idoso do DF

DAYANNE ROSA REZENDE
Secretária Executiva do Conselho dos Direitos do Idoso do DF

CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2024
E 631ª REUNIÃO DO CONEN-DF

Às nove horas do dia oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no auditório da Secretaria de Justiça, reuniu-se o colegiado, para a Segunda Reunião Ordinária e 630ª Reunião do CONEN/DF. Estiveram presentes a Presidente Alinne Carvalho Porto e os demais Conselheiros: Ataíde Donisete Martins, Adalberto Calmon, Luiz Gustavo Borges Teles, Diogo Fonseca Santos Kutianski, Priscila Estrela Himmen, Jean Marcel Rates, Thiago Freire, Rosany Cristina Jakubowski de Carvalho Carneiro, Thiago Mariano de Oliveira, Thiago Frederico de Souza Costa, Stevão Randolpho Costa e Silva, Miriam Inez Pessoa de França, Rogério Henrique Rezende Oliveira, Luciano da Silva Lima, Karina Aparecida Figueiredo, Thessa Lais Pires e Guimarães e José Theodoro Carvalho. Alinne saudou a todos. Antes de passar ao primeiro ponto de pauta, ela colocou a ata de fevereiro para aprovação. Tendo ela aprovada, passou-se ao primeiro ponto de pauta. 01) ATUALIZAÇÃO DOS TERMOS DO PROCESSO Nº 00400-00062272/2023-12, QUE VERSA ACERCA DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIPS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS, QUE REALIZEM O ACOLHIMENTO EXCLUSIVAMENTE VOLUNTÁRIO, EM REGIME RESIDENCIAL TRANSITÓRIO, DESTINADO A HOMENS E MULHERES COM IDADE ENTRE 18 (DEZOITO) E 59 (CINQUENTA E NOVE) ANOS, COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO, ABUSO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS; Alinne elencou quais comunidades terapêuticas haviam sido credenciadas pelo novo edital – RAV, Desafio Jovem, AMAI, El Shadaí, Abba Pai, Despertaí e Novo Tempo. Houve duas comunidades que tentaram se credenciar e não cumpriram com os requisitos: Salve a Si e Criação de Deus. Ela explicou que a contratação de comunidades terapêuticas, OSCIPs, depende de disponibilidade orçamentária. No primeiro momento, fez-se um contrato mantendo o atendimento, mantendo o serviço de acolhimento voluntário, e agora ainda há recursos no fundo e possibilidades de contratar e de realizar outros projetos, de modo a distribuir o dinheiro do fundo para outras ações que não somente o acolhimento voluntário. Após, Alinne apresentou para os conselheiros uma simulação de quantitativo de vagas para contratação das comunidades credenciadas. Relembrou a quantidade mínima e máxima de contratação e quanto à destinação de vagas femininas, que foram resguardadas no Edital. Atualizou o Pleno quanto aos próximos passos. Submeteu para deliberação dos conselheiros quanto à viabilidade de aumentar a contratação de o número de vagas. Ponderou ter recursos para utilizar em outros projetos, em outras linhas de ação. Explicou os cenários das quantidades de vagas, inclusive em termos financeiros. Thessa perguntou sobre a documentação das demandas realizadas pelas comunidades terapêuticas em

relação ao edital de 2023, pedindo acesso à documentação. Alinne relembrou à conselheira que a documentação referente às respostas das demandas estava no processo do edital. Thiago se manifestou quanto à distribuição de vagas, pontuando sobre a necessidade da abrangência das CTs, defendendo ter o máximo de vagas possível. Luiz questionou sobre a possibilidade de mudar a quantidade de vagas depois da contratação. Alinne explicou que é possível aumentar em 25%, dependendo da disponibilidade orçamentária. Explicou ainda sobre o rito processual para decidir sobre esse aumento ou não. O conselho debateu sobre o percentual de aumento ou diminuição das vagas. Karina perguntou sobre a garantia do acolhimento das pessoas trans. Alinne explicou que não houve nenhuma instituição que faz atendimento de mulher trans, com exceção da Salve a Si feminina, nem mesmo uma instituição privada. Karina falou que ainda há um longo caminho para esse acolhimento dessas mulheres, como as entidades de acolhimento da SEDES. Pontuou ainda a utilização do fundo para a execução de outros projetos, como para as pessoas em situação de rua. Alinne explicou que visa garantir as vagas, mas sem comprometer a integralidade dos recursos do fundo, para o CONEN começar a ensaiar outros projetos na temática a serem financiados com os recursos do FUNPAD. Thessa relembrou que o fundo foi destinado somente às CTs por 12 anos, perguntando se essa cultura iria se transformar liberando parte do fundo para outros projetos. Defendeu que seria mais comedido iniciar com menos vagas, já que é mais fácil aumentar o número de vagas. Alinne elucidou, na oportunidade, sobre a confecção de projetos, quais seriam os trâmites burocráticos para a realização deles e se colocou à disposição para elucidar quanto às questões processuais, ato contínuo, Alinne pediu para que os conselheiros apresentassem o projeto que ela explicaria por qual via burocrática fazer. Reiterou a necessidade de garantir o acolhimento e investir em outras ações. Thessa questionou se não seria mais isônomo lançar um edital para projetos de redução de danos, o que dependeria da vontade política de quem está a frente do conselho para levar isso para a frente. Alinne respondeu que acredita que o conselho vai conseguir contemplar várias áreas com as deliberações. Thessa sugeriu destinar metade do recurso do FUNPAD a esse edital que já foi lançado e a outra metade ao outro edital que seria construído conjuntamente para garantir ao princípio da isonomia com relações às diferentes modalidades de tratamento. Jean tomou a palavra pontuando a dificuldade do orçamento para o ano que vem, pois o orçamento de 2024 já deixou de ser investido nos três primeiros meses do ano. Se o orçamento de 2025 não for maior ou igual, começariam a haver dificuldades por causa dos compromissos assumidos com as comunidades terapêuticas e o reajuste. Na melhor das hipóteses, os projetos do novo edital passarão a ser financiados em agosto. Para o ano de 2024, o cenário de recurso é muito bom, o problema será ano que vem. Dividir pela metade como Thessa sugeriu não é uma realidade viável para a qual se está preparado. Adalberto comentou que a decisão por 20 vagas seria reduzir a quantidade que já estava sendo financiada anteriormente, o que é incompatível com o problema de dependência química, que está aumentando. Sugeriu contratar outros projetos sem diminuir o quantitativo de vagas para as comunidades terapêuticas. Manteria a contratação de 20 vagas para depois pleitear mais recursos para outros projetos. Alinne pontuou que o Conselho ainda não está maduro o suficiente para lançar um edital de 2 milhões para projetos. Ponderou que não se pode terminar o exercício devolvendo dinheiro sem alocação voltada para a política sobre drogas. Acha 50% do fundo um valor elevado porque os trâmites processuais de um edital são extensos até a efetiva destinação. De forma a evitar que o recurso ao final do exercício seja devolvido, pois os projetos não teriam tido tempo hábil para executar o recurso. Theodoro tomou a palavra pediu uma ajuda para não ter risco de perda do recurso nos anos subsequentes. Comentou primeiro sobre a colocação do Thiago, que é importante a abrangência geográfica, mas que é diferente de escolas e hospitais que diuturnamente há uma necessidade de proximidade. Como o período de acolhimento é mais longo, e não há opção de CTs em todas as regiões geográficas, fica em segundo plano. Para esse ano já sobraria 700 mil, além dos 600 mil que foi proposto separar, no fim do ano talvez não haverá tantos projetos diferentes das comunidades terapêuticas para gastar esse dinheiro. Argumentou no sentido de ao contrário da Thessa, sem demérito da proposta ou discordância de que esse caminho seja buscado, sugeriu que esse ano os conselheiros deviam ser menos otimistas, e fazer uma proposta no sentido inverso: destinar menos dinheiro ainda para esses projetos alternativos, ver se eles vão vingar, e de quanto dinheiro no futuro seria necessário. Em relação às comunidades terapêuticas, já se sabe que a demanda é muito grande, e reduzimos as vagas de 230 para 200. Então, seria mais viável, além dos 3 milhões propostos, aumentar o valor para separar 10% ou 360 mil para outros projetos em um primeiro momento e, futuramente, ampliar o valor, dado que isso pode gerar uma dificuldade de redução de contratos de um ano pro outro. Alinne explicou que deve-se contratar no mínimo 10 até 50% da capacidade máxima, a não ser que exista um cenário que justifique a redução de vagas, como um acidente na instituição. Thiago expressou que suas preocupações são não deixar o recurso ociosos, e fazer o melhor uso do recurso esse ano, mas vincular o ano que vem de forma a evitar que sobre recursos para outros projetos. Questionou se, além dos mecanismos tradicionais de redução de vagas contratual, haveria outros mecanismos para modular essas vagas. Sugeriu ter pelo menos 20 vagas para cada uma, fazendo bom uso desse recurso. Thiago Freire fez um cálculo que demonstrou que, atualmente, sem contar reajuste de valor, teria-se o resquício, na primeira opção de cento e onze mil, na segunda, de 846 mil, e na terceira de um milhão quatrocentos e setenta e seis mil. Tudo isso se houvesse um aditivo máximo. Thiago pontuou que, se abrir um processo de contratação, sobrar pouco tempo. Tem ONG que calcula que o valor nem seria viável para realizar o projeto. Adalberto comentou que, se orçamento for utilizado 100%, provavelmente a fonte de recurso o aumenta no ano seguinte. Alinne disse que ao menos se mantém: é garantido o que já foi contratado, obrigações já assumidas. Explicou como funciona o reajuste do valor repassado. Pontuou